



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Relações de Trabalho
Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima
Câmara Recursal de Rondônia

ATA DE REUNIÃO

ATA CEEXT N° 12/2024 – Câmara Recursal de Rondônia

Reunião da Câmara Recursal de Rondônia da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI – Decreto n° 11.751, de 20 de outubro de 2023.

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 14 horas, foi aberta a Reunião pelo Presidente da Comissão Especial dos Ex-Territórios Federais de Rondônia, do Amapá e de Roraima – CEEXT/SRT/MGI, Sr. João Cândido de Arruda Falcão realizada de forma remota, nos termos do Decreto n° 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a participação dos demais membros designados pela Portaria SEDGG/ME N° 6.915, de 04 de agosto de 2022.

Assim, em consonância com as atribuições previstas no Regimento Interno da CEEXT, aprovado pela Portaria 11.946, de 05 de outubro de 2021, esta Comissão adotará os critérios e procedimentos estabelecidos na Portaria SRT/MGI n° 1.418 de 12 de março de 2024, na análise, processamento e julgamento de requerimentos de opção e no enquadramento dos servidores, no quadro em extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento à Emenda Constitucional n° 60, de 11 de novembro de 2009 (EC 60/2009), à Emenda Constitucional n° 79, de 27 de maio de 2014 (EC 79/2014) e à Emenda Constitucional n° 98, de 6 de dezembro de 2017 (EC 98/2017).

Para julgamento foi apresentado um total de 11 (onze) processos.

Ato contínuo, após examinar os recursos interpostos contra decisões proferidas pela Câmara de Julgamento de Rondônia, acompanhado da documentação apresentada pelos(as) requerentes, adotaram as seguintes deliberações:

Pelo **PROVIMENTO DO RECURSO** com encaminhamento de notificação de enquadramento para **CONCORDÂNCIA** do(a) interessado(a): **(01 requerimento)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
------	----------------	----------	---------------	-----------	------------------

1	EDEM PAULO BRAGA PASSOS	03125.015350/2018-90	TÉCNICO FEDERAL DE FINANÇAS E CONTROLE	Exercício efetivo de atividades de Finanças e Controle para fins de reequadramento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 32, 37 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
---	----------------------------	----------------------	--	---	---

Pelo **DESPROVIMENTO DO RECURSO: (10 requerimentos)**

ITEM	INTERESSADO(A)	PROCESSO	CARGO/EMPREGO	MOTIVAÇÃO	FUNDAMENTO LEGAL
1	AZENIR ALVES LOURENÇO	71000.055094/2021-35	AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle; Ausência de comprovação de escolaridade anterior ou concomitante ao desempenho das atribuições	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 31, 37 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
2	CLAUDMAR SANTOS MOREIRA	14021.192271/2020-09	AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle; Ausência de comprovação de escolaridade anterior ou concomitante ao desempenho das atribuições	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 31, 37 e 38, inciso II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
3	JAMIR FRANCISCO DOS CAMPOS	14021.101442/2021-71	TÉCNICO CONTABILIDADE EM	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I e II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.

4	LEILA MARIA AMORIM SOARES	14021.195119/2020-70	AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento e escolaridade cocomitante ou anterior a atribuição de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 31, II, parágrafo único, e 38, incisos I e II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
5	LUIZ GUILHERME ERSE DA SILVA	14021.193992/2020-28	ADMINISTRADOR	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 34 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
6	MARIA ALICE SAMPAIO SILVA	14021.194839/2020-18	ARQUITETA	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de planejamento e orçamento	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 34 e 38, inciso I, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
7	MARIA FÁTIMA IECKER	14021.101472/2021-88	AGENTE ADMINISTRATIVO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e exercício atribuição em âmbito municipal	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 37 e 38, inciso I, art. 30, II da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
8	MARIA GLÁDIS PINTO	14021.194476/2020-11	AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I e II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
9	PEDRO PROCOPIO DE SOUZA	14021.101426/2021-89	AGENTE ADMINISTRATIVO	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I e II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.

10	SOLANGE BERNAL	14021.191595/2020-11	AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS	Ausência de comprovação de, no mínimo, 2 atribuições de finanças e controle e planejamento e orçamento por pelo menos 90 dias ininterruptos	Art. 29 da Lei nº 13.681/18 c/c art. 38, inciso I e II, da Portaria SRT/MGI Nº 1.418, de 12 de março de 2024.
----	----------------	----------------------	---	---	---

Após deliberação, os pareceres foram aprovados por unanimidade e encaminhados ao setor de notificação da CEEXT para as providências necessárias.

Destaca-se que os fatos e fundamentos que nortearam as decisões das Câmaras de Julgamento estão descritos nos respectivos votos e poderão ser avaliados por cada interessado(a) quando da notificação.

Nada mais a ser tratado, fica encerrada a reunião realizada de forma virtual, nos termos do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, que dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da Administração Pública Federal direta.



Documento assinado eletronicamente por **Theo Rocha Pardim de Lima, Membro de Câmara**, em 15/04/2024, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thamara Ferreira Avelar de Oliveira França, Membro de Câmara**, em 15/04/2024, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Lacerda Rodrigues Azevedo Netto Pereira, Membro de Câmara**, em 15/04/2024, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Igor Gomes Neiva, Membro de Câmara**, em 15/04/2024, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joicyelly Regia de Lima, Membro de Câmara**, em 15/04/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Candido de Arruda Falcão, Presidente(a) de Câmara**, em 15/04/2024, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41409271** e o código CRC **1C41ADA8**.